

A autora agradece à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo, particularmente ao Dr. José Pastore, pela possibilidade de realizar esta análise, que integra um conjunto de trabalhos que se realizam, sob os auspícios do Ministério do Trabalho, com dados da PNAD-1973 fornecidos pela Fundação IBGE.

Por outro lado, agradece também à Dra. Carmen Barroso e Elza de Oliveira pelas sugestões apresentadas à versão original deste trabalho.

# ORIGEM SOCIAL, ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO

APARECIDA JOLY GOUVEIA

Da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo.

---

## RESUMO

Com base em dados da PNAD-1973 investiga-se a relação entre origem social, educação e ocupação comparando-se trabalhadores masculinos e femininos de São Paulo e do Nordeste. Embora os níveis de escolaridade de São Paulo sejam mais elevados, desigualdades educacionais associadas à origem social verificam-se tanto aí como no Nordeste. Conforme era de esperar, numa como noutra região, a posição ocupacional depende do nível educacional do trabalhador; entretanto, o "efeito" da escolaridade depende da origem social. Ser mulher não constitui uma vantagem para a obtenção de escolaridade mais com o mesmo nível de escolaridade as mulheres tendem a colocar-se em ocupações inferiores às dos homens.

## SUMMARY

Data from the 1973 Labor Force Survey (PNAD) are used to investigate the relationship between social origin, education and occupation in two unequally developed regions in Brazil, namely, São Paulo and the Northeast. Although levels of schooling are higher in São Paulo, a same pattern of social related educational inequalities prevails in the two regions. As expected, occupational positions is related to educational level, but the "effect" of education is not independent of social origin. Being a woman is not detrimental to the extent of schooling, but, even when controlled for education, women's positions tend to be lower than men's.

O problema das relações entre origem social, escolaridade e emprego insere-se numa linha de preocupações que não se restringem à esfera acadêmica. O interesse mais amplo que o tema tem despertado, prende-se, de um lado, à crença de que a educação constitui hoje fator importante na determinação do status ocupacional e conseqüentemente da situação econômica do indivíduo e, de outro, à esperança de que, por essa via, se possa contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Tais noções têm sido alimentadas pela teoria do capital humano, teoria essa, entretanto, que tem sido objeto de algumas controvérsias, relacionadas com aspectos metodológicos e conceituais, mas, por outro lado, fundamentadas também na análise dos resultados de sua aplicação (Sobel, 1978).

De qualquer forma, mediatizada principalmente pela produtividade do trabalhador, como postula essa teoria, ou intrinsecamente mesclada com outros fatores, a relação entre educação e status merece atenção pois, no Brasil como em outros países, estimulada por generalizados anseios, a demanda efetiva por escolarização continua crescendo, sem que se tornem claras, entretanto, as conseqüências sociais da expansão dos sistemas escolares<sup>1</sup>.

Contudo, investigar a questão dos retornos da educação não significa necessariamente aceitar a idéia de que a possibilidade de mobilidade individual por essa via torna menos penosas as iniquidades sociais. Ao contrário, julgando-as indesejáveis, acredita-se que a preocupação com o problema poderá contribuir para o desvendamento dos mecanismos que as mantêm.

Essa crença inspira este trabalho, que, utilizando dados secundários, procura mostrar que medida, em nosso país, o grau de escolaridade alcançado por homens e mulheres se relaciona, de um lado, com a sua origem social; de outro, com o nível ocupacional em que se situam.

O papel da educação como canal de mobilidade social constitui interesse antigo entre os sociólogos que desde logo, porém, passaram também a preocupar-se com a influência da origem familiar na determinação dos níveis de escolaridade, desigualmente distribuídos na população. No Brasil, já em meados da década de cinquenta, realizava-se um "survey" destinado a investigar os dois aspectos do problema (Hutchinson, 1960). Abrangendo a cidade de São Paulo na época da política desenvolvimentista desencadeada por Kubitschek, que estimulou a instalação de grandes indústrias na área circunjacente, mas quando os efeitos da expansão das matrículas

escolares que então ocorria não se faziam ainda sentir no nível educacional da população adulta, esse estudo mostrou uma clara relação entre origem social, escolaridade e educação. Identificando níveis de escolaridade modais para as diferentes camadas sociais, a pesquisa indicou, além disso, o que tendia a acontecer quando o indivíduo não atingia o grau de educação "esperado" na camada de que provinha — mais freqüentemente do que os que se comportavam dentro da norma não era ele capaz de manter-se na posição que tinha ou tivera seu pai; por outro lado, ascendia na escala social quando ultrapassava o grau de escolaridade prevalente entre os indivíduos de igual origem.

Mais tarde, na década de sessenta, um estudo com objetivos semelhantes, baseado em dados referentes aos chefes de família residentes no plano piloto e cidades satélites de Brasília, revelou, igualmente, uma nítida relação entre origem social e educação, de um lado, e educação e status ocupacional, de outro. Entretanto, foi mais além: utilizando a técnica da análise de trajetória, mostrou que a influência da origem familiar na determinação do status ocupacional do indivíduo se efetuava não só através da escolaridade por esta propiciada mas, também, se exercia diretamente (ou através de outros canais, não identificados). Além disso, a partir das diferenças verificadas entre as várias faixas etárias em que se dividia a amostra, Rocha e Wilkening (1969), autores do estudo, foram levados a concluir que a influência da educação para a obtenção de determinados status ocupacionais estaria aumentando.

A conclusão semelhante chegou Holsinger (1975) analisando dados colhidos em 1959-60, nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Volta Redonda, que indicavam ser a correlação (de ordem zero) entre educação e status ocupacional mais elevada na geração dos filhos do que na dos pais.

Contudo, por se referirem a áreas geográficas restritas e por utilizarem dados não comparáveis, essas pesquisas não permitem generalizações mais abrangentes e, sobretudo, não poderiam oferecer respostas para algumas indagações de ordem mais específica.

Em que medida as relações focalizadas variam de regiões mais industrializadas que oferecem oportunidades de trabalho mais numerosas e diversificadas, e sistemas educacionais mais desenvolvidos, para regiões onde grande parte da população é analfabeta, os níveis de escolaridade são baixos e a oferta de emprego é mais restrita? Em que medida as dificuldades e limitações para a obtenção de certos graus de escolaridade derivados da posição sócio-econômica da família são os mesmos para filhos de um e outro sexo? Se uma vantagem relativa no mercado de trabalho associa-se a uma escolaridade mais elevada, em que medida tal vantagem se aplica indistintamente a homens e mulheres? A pessoas provenientes de diferentes camadas sociais?

A questões como essas se dirige este trabalho que, entretanto, não tem a pretensão de apresentar qualquer avanço teórico ou metodológico no tratamento do tema. Utilizando-se técnicas de análise elementares, compatíveis com a natureza dos dados, procura-se investigar co-

<sup>1</sup> Vide, a propósito, as reflexões de Dore (1976) a respeito de situações verificadas em diversos países.

mo certos aspectos do problema se configuram numa sociedade em que, ao lado de notável expansão de certos níveis de ensino, parcelas ponderáveis da população não atingem a escola ou por ela passam de raspão.

Nem todos os aspectos de interesse podem ser aprofundados com os dados da PNAD-1973, que são os únicos aqui utilizados. Contudo, apesar de suas limitações, esses dados oferecem informações que não se encontram em outras fontes<sup>2</sup>.

No que respeita a variações regionais, que poderiam ser investigadas a partir do que ocorre em cada uma das áreas do país, a opção, neste trabalho, é por uma comparação entre o Estado de São Paulo e o Nordeste. Essas regiões apresentam características diametralmente opostas no que se refere à dinâmica de geração de empregos

e capacidade de absorção de mão-de-obra, constituindo-se a primeira, como se sabe, em pólo de atração e a segunda em área de expulsão de pessoas que procuram emprego. Paralelamente, marcadas diferenças entre as duas regiões se manifestam nos indicadores de desenvolvimento educacional.

A dimensão da amostra permitirá certa desagregação segundo a idade dos trabalhadores. Por outro lado, diferenciando-se dos estudos mencionados, bem como de análises recentes sobre mobilidade que também utilizam dados da PNAD-73 mas só se referem a trabalhadores masculinos (Pastore, 1979; Costa, 1977; Silva, 1979), este trabalho focaliza a relação entre origem social, escolaridade e status ocupacional também no que respeita a mulheres.

---

## A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA EXTENSÃO DA ESCOLARIDADE

---

O problema das desigualdades educacionais associadas à origem social, tem inspirado inúmeras pesquisas, das quais tem resultado abundante material empírico e teorias várias (Husén, 1972; Boudon, 1974). Uma das mais difundidas é a de Bourdieu (1975), que centra a argumentação em torno das funções que o sistema escolar desempenha como instrumento de reprodução da estrutura de classes.

Na verdade, o fenômeno revela notável persistência. Mesmo em países que passaram por profundas transformações político-econômicas, mantêm-se certos graus ou formas de desigualdade educacional, o que sugere que a questão não se resolve inteiramente com a oferta de vagas ou incentivos governamentais e nem mesmo com a alteração das condições materiais que, na família, restrin-

gem ou dificultam a freqüência à escola e o prosseguimento da escolaridade (Markiewicz-Lagneau, 1969; Katz, 1973).

Parece razoável supor que a importância relativa das diferentes ordens de fatores responsáveis pelas desigualdades na extensão da escolaridade varie não só em função da abrangência e de certas características estruturais do sistema escolar como, também em função do grau em que estejam atendidas outras necessidades ou aspirações da população. Quando grande parte dos indivíduos não tem acesso à escola ou apresenta níveis de escolarização muito baixos, o que ocorre, como se verifica no Brasil, em grupos cujas condições materiais de vida também são extremamente precárias, o efeito positivo de certa elevação da renda familiar pode ser acentuado, como sugerem os dados analisados por Schmidt e Miranda (1977) referentes à área metropolitana de Belo Horizonte. Quando, porém, se trata de grupos que se encontram em situação econômica mais favorável, o fenômeno das desigualdades provavelmente se conforma de modo diferente, tornando-se então sensível a importância de fatores outros que não simplesmente a renda da família. Nesses casos, a análise de trajetórias individuais a partir da condição familiar haveria certamente de revelar a influência, ora de atitudes altamente favoráveis a uma escolaridade mais prolongada, relacionadas inclusive com o valor simbólico que um diploma superior possa ter para a família, ora de capital cultural, consolidado através de duas ou mais gerações.

Ilustram a questão da importância variável dos diferentes fatores que atuam na determinação do grau de escolaridade as constatações feitas por Mello e Souza (1978), a partir de dados derivados da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada na cidade do Rio de Janeiro

---

<sup>2</sup> Grande parte das limitações dos dados deriva da própria natureza de pesquisa desse tipo que procedem a um corte transversal num processo de desenvolvimento societário e individual, superpondo, num "instantâneo" fases isoladas da carreira de pessoas que pertencem a gerações diferentes. Além disso, como em geral acontece em "surveys" abrangentes como os da PNAD, os problemas de mensuração não são negligenciáveis. Conforme alguns dados que aparecem em certas tabelas apresentadas neste trabalho fazem suspeitar, o título de ocupação registrado no questionário de coleta nem sempre deve corresponder à definição que levou à sua codificação na categoria em que se inclui. Por outro lado, o nível de escolaridade é sujeito a incorreções, derivadas, entre outras coisas, de ajustamentos que se fazem necessários em decorrência das transformações por que tem passado o sistema escolar. Alguns dos problemas de mensuração dificilmente poderiam ser superados, pois decorrem da própria complexidade da instância empírica e da maneira como esta se apresenta, ao longo da história, em regiões tão diversas como são as deste país.

em 1967-1968. A análise, feita controlando-se a idade dos sujeitos, indica que o efeito da renda familiar sobre a extensão da escolaridade somente se mostra significativo a partir da faixa correspondente ao (antigo) curso ginasial. O fato de não o ser na idade correspondente ao primário deve-se, segundo sugere o autor, à extensão, naquela cidade, da oferta de vagas nas escolas públicas, nesse nível de ensino. Porém, outra variável referente à origem familiar — a escolaridade da mãe — mostra importância significativa (independente de outros fatores) até a última faixa pesquisada, isto é, dos indivíduos entre 19 e 25 anos de idade.

Lamentavelmente, os dados utilizados neste trabalho não permitem determinar que características da família de origem teriam levado o indivíduo a atingir certo nível de escolaridade. Sobre os antecedentes familiares, a única informação disponível é a que se refere à ocupação do pai na época em que o sujeito começou a trabalhar.

A utilização desse dado, porém, envolve o problema de uma classificação das ocupações, pois seria impraticável tomar cada uma delas individualmente, dada a sua variedade e a maneira como se distribuem na população abrangida pela PNAD. O recurso seria a adoção de um esquema que as classificasse em categorias mais ou menos abrangentes. Partiu-se para isso de uma escala utilizada por pesquisadores da Fundação IBGE e que ordena as ocupações em seis posições, às quais correspondem determinados níveis médios de renda e educação, tal como se apurou a partir dos dados referentes aos indivíduos que, em 1970, desempenhavam cada uma das ocupações registradas no censo demográfico (Becker e Oliveira, 1975). Embora útil para outros propósitos, a redução a apenas seis categorias não se adequa perfeitamente aos objetivos deste trabalho; em decorrência mesmo do nível de agregação utilizado, essa escala negligencia distinções importantes entre certas ocupações, como, por exemplo, a natureza do local — rural ou urbano — em que estas se exercem.

Tentando uma desagregação que levasse em conta essa e outras características de que se reveste o exercício de certas ocupações, particularmente das que, suficientemente numerosas na amostra, permitiriam a constituição de parcelas significativas, chegou-se a uma classificação que desdobra horizontalmente alguns dos níveis da escala original. Tal desagregação foi orientada por noções de senso comum sobre as condições que cercam o exercício de determinadas ocupações, o ambiente profissional e a teia de relações que propiciam aos indivíduos que as desempenham. A suposição é a de que esses aspectos influenciam o estilo de vida da família e orientam as estratégias destinadas a assegurar o futuro dos filhos.

O nível VI, o mais elevado da escala original, foi desdobrado em duas categorias, a saber: a) Industriais e Altos Administradores de Bancos e Companhias de Seguros, e b) Profissionais e Técnicos de Nível Superior. O nível logo abaixo, V, subdividiu-se em três: a) Pecuaristas, Avicultores e outros proprietários de porte semelhante; b) Administradores do Serviço Público e Particular e c) Outros. No Nível IV, identificaram-se cinco grupos: a)

Comerciantes; b) Agricultores Proprietários; c) Trabalhadores Não-Manuais de Rotina; d) Mestres e Contramestres na Indústria e e) Outros de Nível Médio. O Nível III desdobrou-se em três categorias: a) Trabalhadores Qualificados ou Semi-qualificados na Indústria; b) Motoristas e c) Outros Trabalhadores Qualificados ou Semi-qualificados. Os dois níveis inferiores, II — Trabalhadores Urbanos não qualificados e I — Trabalhadores Rurais, foram conservados sem qualquer desagregação. Procurou-se, assim, delimitar, dentro de cada uma das categorias originais, certos subgrupos mais homogêneos; as ocupações que não puderam enquadrar-se nestes subgrupos foram classificadas na categoria "Outros" no nível correspondente.

Mesmo com esses desdobramentos, porém, o que se obtém são categorias internamente bastante heterogêneas, pois na maioria dos casos elas abrangem ocupações diversas. Entretanto, mesmo que a cada uma correspondesse um único título ocupacional, com isso não se afastaria a possibilidade de variações internas, pois uma mesma ocupação pode ser exercida em situações bem diferentes, das quais resultam recompensas monetárias e extra-monetárias diversas. Não se ignora que considerável heterogeneidade intra-ocupacional exista, pois ela está documentada nos dados sobre renda e educação referentes às pessoas que, em 1970, desempenhavam cada uma das ocupações registradas no censo<sup>3</sup>, manipulados pelos pesquisadores do IBGE que construíram a escala da qual se parte neste trabalho (Silva, 1974).

Por outro lado, a informação disponível sobre a educação é bastante grosseira, pois um mesmo grau de escolaridade pode representar níveis de desenvolvimento diversos conforme seja o tipo ou qualidade da escola que o indivíduo tenha freqüentado. É possível que, ainda quando tenham atingido níveis de escolaridade idênticos, indivíduos de origens diversas tenham tido oportunidades educacionais distintas, pois a segregação em função de diferenciações horizontais do sistema de ensino pode ocorrer desde o início da seqüência escolar.

Resta mencionar que a análise desenvolvida neste trabalho refere-se a indivíduos que se incluem na faixa dos vinte aos sessenta e cinco anos de idade. Presume-se que os trabalhadores que se encontram fora desses limites, por estarem no começo ou no fim da vida economicamente ativa, apresentam problemas peculiares, que complicariam a análise e tornariam os resultados menos claros. Embora no Brasil grande parte da população comece a trabalhar antes dos vinte anos (Pastore, 1979) e certa parte continue trabalhando depois dos sessenta e cinco, aqueles limites abrangem cerca de três quartos das pessoas ocupadas.

---

3. Para cada uma das ocupações registradas no censo de 1970, estimaram-se um Índice Social, ou seja, um valor médio ajustado, e a respectiva variância.

## SEXO MASCULINO

Dos indivíduos do sexo masculino filhos de trabalhadores rurais residentes no Estado de São Paulo, um quinto é analfabeto e cerca da metade, embora alfabetizada, não chegou a completar o curso primário (Tabela 1). Entre os filhos de trabalhadores urbanos sem qualificação, as proporções de analfabetos e dos que têm escolaridade assim tão baixa são bem menores. Contrariamente, porém, ao que talvez se pudesse esperar, o perfil do conjunto classificado na categoria logo a seguir — filhos de trabalhadores manuais com diferentes graus de qualificação — aproxima-se muito do apresentado pelos filhos de trabalhadores urbanos não qualificados. Embora destes difiram por uma proporção maior com escolaridade posterior à primária, a eles se assemelham quanto ao nível modal, que é o primeiro em uma e outra categorias. Classificados como trabalhadores com alguma qualificação (nível III), os motoristas destacam-se, porém, nesse grupo por mais freqüentemente propiciarem aos filhos o prosseguimento da escolaridade além do primeiro ciclo<sup>4</sup>.

Por outro lado, baixos níveis de escolaridade encontram-se entre os filhos de proprietários agrícolas, categoria classificada em nível mais elevado — IV — na escala original. Na verdade, a proporção dos que nem sequer completaram o primário é entre eles maior do que a verificada entre os filhos de trabalhadores urbanos sem qualquer qualificação. Assim, a acessibilidade e os incentivos à escolarização encontrados nas famílias de agricultores, mesmo quando sejam estes proprietários, são menores do que os existentes nas famílias mais pobres das zonas urbanas. Deve-se, contudo, notar que a heterogeneidade desta categoria é grande, classificando-se aí também os proprietários de minifúndios<sup>5</sup>.

Apesar de constituírem um grupo também bastante heterogêneo, os comerciantes, classificados, como os agricultores, no nível IV, já oferecem condições mais favoráveis à escolaridade dos filhos, pois estes, em maior proporção, ultrapassam a escola primária. Entretanto, no que respeita às possibilidades ou estímulos para os filhos obterem uma escolarização posterior à primária, a condição de comerciante não é tão favorável quanto a encontrada nas famílias de empregados de escritório e outros trabalhadores não manuais de rotina. Embora não se disponha de dados sobre o seu nível de instrução, não se pode afastar a hipótese de que, mais freqüentemente do que os comerciantes, esses trabalhadores talvez ofereçam aos filhos o capital cultural, que, como se sabe, favorece a realização escolar (Schmidt e Miranda, 1977; Mello e Souza, 1978). Por outro lado, também, é provável que a educação, nos projetos das pessoas que não dispõem de capital financeiro ou conexões no mundo dos negócios, se apresente como o único instrumento capaz de assegurar a preservação ou elevação do status da família.

Igualmente sugestivas são as constatações derivadas

do nível V, imediatamente superior. Neste nível, as condições favoráveis a uma escolaridade mais avançada são mais freqüentes nas famílias de administradores do setor público ou privado do que nas de pecuaristas, avicultores e outros proprietários.

Tendência semelhante verifica-se no topo da escala — nível VI. É entre os filhos de profissionais e técnicos de nível superior, e não entre os filhos de industriais e altos administradores de bancos e companhias de seguros, que se encontra a maior concentração de indivíduos com escolaridade superior completa.

## SEXO FEMININO

Diferenças relacionadas com a origem social verificam-se também quando se focaliza a situação das filhas. Contudo, pelo que indicam as porcentagens dos que conseguem completar pelo menos um curso de primeiro ciclo, a diferença entre os oriundos das camadas manuais e os das camadas não-manuais mais elevadas (níveis V e VI) é ligeiramente mais acentuada no grupo feminino do que no masculino. Assim, os efeitos da origem familiar sobre o nível de escolaridade se fazem sentir um pouco mais entre as mulheres do que entre os homens.

Isso em parte se relaciona com o fato de, em algumas camadas mais elevadas, a escolaridade mediana das mulheres ser superior à dos homens (Tabela 8).

Pode-se concluir, portanto, que, no tocante ao fenômeno focalizado, a origem social é importante para homens e mulheres (e um pouco mais para elas do que para eles) mas ser mulher não constitui uma desvantagem; ao contrário, em certas camadas pode até mesmo estimular o prosseguimento da escolaridade.

## NORDESTE

O grau de qualificação formal da população de 20 a 65 anos de idade residente na região Nordeste é bem inferior ao apresentado pelos indivíduos da mesma faixa etária residentes em São Paulo. Enquanto neste Estado os analfabetos constituem 12% no grupo masculino e 20% no feminino, naquela região, quer entre os homens, quer entre as mulheres, a taxa de analfabetos

4 Conserva-se nesta análise a escala educacional anterior à Lei 5692, pois essa é a classificação utilizada na PNAD-1973.

5 Interessantes, a esse respeito, são os dados apresentados por Todorov, relativos aos candidatos à Universidade de Brasília, que mostram serem as médias obtidas pelos vestibulandos que se declaram filhos de fazendeiros inferiores às dos provenientes das categorias urbanas, inclusive manuais (Todorov, 1977).

é de quase cinquenta por cento. Essas médias resultam principalmente do alto índice de analfabetismo prevalente entre os filhos de trabalhadores rurais bem como do fato de este grupo representar uma proporção elevada do total da força de trabalho. Entretanto, mesmo entre os que provêm de outras categorias, registram-se proporções consideráveis de analfabetos (Tabela 2).

A superioridade de São Paulo, observada também nos níveis de escolaridade dos alfabetizados, mostra-se ainda mais acentuada quando de sua população se excluem os que nasceram em outros Estados (Tabela 10). Mas é possível, por outro lado, que os migrantes que assim rebaixam o perfil educacional da população residente naquele Estado, apresentem uma escolaridade mediana superior à da população adulta remanescente nos Estados de origem.

No que respeita às desigualdades associadas à origem social, o Nordeste apresenta o mesmo padrão geral constatado em São Paulo, colocando-se os indivíduos provenientes das diferentes camadas sociais em posições relativas bastante semelhantes nas duas regiões. Isso torna-se perfeitamente visível quando o grau mediano de escolaridade dos trabalhadores provenientes de cada uma das camadas é tomado como ponto de referência para a comparação entre as duas regiões (Tabelas 8 e 9). Assim, mesmo exigindo níveis educacionais mais elevados, esse Estado não se apresenta em situação mais favorável que a região Nordeste, quando o critério é o da equidade na distribuição social da escolaridade.

A situação de São Paulo pode estar sendo afetada pela presença de migrantes provenientes de regiões menos desenvolvidas. Entretanto, seria impraticável, para investigar essa hipótese, recorrer a uma separação das pessoas que nasceram em outros Estados, como se fez em relação aos níveis globais de escolaridade, pois os *ns*, que já são muito pequenos quando se consideram todos os residentes classificando-os segundo a origem social, mais ainda se reduziriam com um fracionamento que incluísse também a naturalidade.

---

## ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO

---

### O PERFIL EDUCACIONAL DAS OCUPAÇÕES

O nível de agregação utilizado na definição das categorias ocupacionais não permite uma visão inteiramente adequada das discrepâncias entre as ocupações no tocante à escolaridade das pessoas que as desempenham mas, de qualquer forma, a Tabela 3 indica, como era de se esperar, que diferenças acentuadas se verificam não só quanto ao nível mas, também, quanto à homogeneidade interna das diversas categorias.

O que, porém, merece atenção nessa tabela são as diferenças entre os trabalhadores masculinos e femininos. Com exceção de três categorias — agricultores proprietários, pecuaristas e assemelhados, e mestres e contramestres na indústria — nas quais se encontram poucas mulheres, em todas as demais, o perfil educacional do grupo feminino é mais elevado que o do masculino. A superioridade das mulheres torna-se mais visível quando se considera a percentagem dos trabalhadores de um e outro grupo que foram além do curso primário completo. Significativo é o fato de essa diferença ser muito pequena nas categorias manuais e consideravelmente mais acentuada na maioria das categorias não-manuais, que abrangem ocupações mais prestigiosas.

A essas constatações acrescenta-se outra, igualmente reveladora dos padrões diferenciais de utilização da força de trabalho masculina e feminina<sup>6</sup>, referente às taxas de participação das mulheres na PEA, que decrescem, sensivelmente, dos grupos mais instruídos para os menos instruídos, como se verá.

Embora não se apresentem os dados referentes ao Nordeste, a situação nesta região constitui uma réplica, porém em níveis educacionais mais baixos, dos padrões diferenciais verificados em São Paulo.

### POSIÇÕES ASSOCIADAS A DIFERENTES GRAUS DE ESCOLARIDADE

#### CURSO SUPERIOR COMPLETO

Não obstante as diferenças de origem, a maior parte classifica-se como profissional ou técnico de nível superior. Mas há também uma parcela ponderável que se encontra em altos postos administrativos no setor público ou privado (Tabela 4).

A concentração em ocupações desses tipos varia um pouco em função da origem do indivíduo mas, de qualquer forma, para a grande maioria, um diploma superior se associa ao desempenho de uma atividade que se classifica nos dois níveis mais elevados da escala utilizada — V e VI. No entanto, entre os filhos de pecuaristas e outros proprietários de igual nível, bem como entre os filhos de trabalhadores rurais e, em menor extensão entre os filhos de comerciantes e agricultores proprietários, um diploma superior parece não "levar" com a frequência verificada na maioria dos casos a posições mais elevadas. As exceções, portanto, verificam-se preponderantemente entre indivíduos provenientes de famílias ligadas a atividades rurais. Seria interessante verificar se a situação dos indivíduos que fogem à regra se relaciona com o tipo de diploma superior obtido. Em caso afirmativo, a hipótese seguinte seria então a de uma relação entre ori-

---

<sup>6</sup> A respeito da dissimilaridade entre os sexos quanto à distribuição pelas diferentes ocupações no Brasil, *vide* Bruschini, 1979.

gem social e tipo de curso superior completado. Para a investigação dessas hipóteses, porém, não se encontra informação nos dados utilizados.

Deve-se notar, entretanto, que a desvantagem relativa sugerida é pouco freqüente, apresentando-se o curso superior, na grande maioria dos casos, associado ao exercício de uma ocupação de nível alto ou médio alto. Por outro lado, nem sempre as exceções constatadas representam desvantagem, pois o fato de um indivíduo não desempenhar uma ocupação classificada nesses níveis não significa necessariamente que o curso superior não lhe tenha trazido vantagem, pois o filho de um comerciante que preferiu ser comerciante, como o pai, por ter esse nível da escolaridade poderá ter-se estabelecido com um tipo de comércio mais vantajoso que a média dos negócios.

Por outro lado, diferentemente do que ocorre entre os trabalhadores masculinos, entre as mulheres com esse grau de escolaridade o exercício de ocupações classificadas nos dois níveis mais elevados não é tão freqüente, pois elas também se encontram, em extensão maior do que a registrada entre os homens, em ocupações não-manuais de rotina e outras de nível equivalente.

Verifica-se, ainda, que as empregadas naquelas ocupações mais elevadas são relativamente mais numerosas entre as que já provêm das camadas alta e média-alta ou, o que poderia parecer surpreendente, de famílias de trabalhadores manuais; um pouco mais freqüentemente do que as demais, as oriundas dos estratos médios tendem a permanecer em ocupações destes níveis. Aqui caberiam as hipóteses, primeiro, de uma relação entre tipo de curso e status ocupacional, segundo, de uma associação entre origem social e modalidade de curso, já sugeridas quando se analisou a situação constatada no grupo masculino.

Por outro lado, a situação, inesperada, das trabalhadoras provenientes das camadas manuais poderia explicar-se por características particulares desse grupo, a saber: por constituírem uma fração discrepante nessas camadas, cujos níveis de escolaridade são bem mais baixos, devem possuir qualidades pessoais ou condições de vida peculiares que as tornaram capazes de ultrapassar as dificuldades que a mulher encontra para empregar-se em posições mais elevadas. Contudo, essas especulações são feitas à base de *ns* muito pequenos.

Por outro lado, a proporção, entre portadores de diploma superior, de indivíduos que não exercem uma atividade econômica, embora relativamente pequena — 19% — é maior no grupo feminino do que no masculino, no qual o fato é raro.

## SEGUNDO CICLO COMPLETO

**M**esmo entre os homens, o credenciamento representado por um curso de segundo ciclo não se associa com tanta freqüência ao exercício de uma ocupação de nível elevado — V e VI (Tabela 5). Ao mes-

mo tempo, as discrepâncias observadas entre os diferentes grupos sugerem que esse grau de ensino mais freqüentemente é capaz de manter a posição de indivíduos que se originam das camadas mais elevadas do que de promover a mobilidade dos que provêm das camadas médias. (Porém, para os filhos de pecuaristas e proprietários de posição equivalente, o segundo ciclo não têm, com a mesma freqüência, sequer o "efeito" mantenedor de status, constatado nos demais grupos de nível médio-alto no qual essa categoria se situa.)

É concebível que aqueles que se mantêm em posições mais elevadas tenham concluído um curso correspondente ao segundo ciclo numa época em que este nível de escolaridade, bem mais raro, encontrava-se preponderantemente em famílias bem situadas. Entretanto, essa suposição não pode ser investigada, pois os *ns* não permitem um fracionamento destinado a controlar simultaneamente as variáveis origem social e idade.

A freqüência das mulheres que se encontram em ocupações de níveis mais elevados — V e VI — é menor ainda do que a registrada entre os homens. A maioria exerce atividades não-manuais de rotina, entre as quais se inclui o magistério primário (Tabela 5).

Por outro lado, a proporção das que não exercem uma atividade econômica eleva-se a 46%. Em todas as categorias de origem, essa condição é relativamente mais freqüente do que entre as que completaram um curso superior.

## PRIMEIRO CICLO COMPLETO

**R**elativamente rara (5%) entre os indivíduos de vinte e sessenta e cinco anos de idade incluídos na amostra da PNAD-73, referente ao Estado de São Paulo, a escolaridade de primeiro ciclo completo, como nível mais elevado atingido, mais freqüentemente se encontra entre indivíduos que desempenham ocupações classificadas como de nível médio (45%) do que entre os que se colocam em posições mais elevadas (19%). E, a esse respeito, as variações observadas não são de molde a sugerir uma interferência consistente da origem social, pois mesmo entre os que provêm das camadas mais altas, os que, com esse nível de escolaridade, atingiram uma posição tão favorável quanto a do pai constituem frações pouco numerosas (Tabela 11).

Por outro lado, mesmo apresentando esse grau de escolaridade, proporção não desprezível (36%), no total do grupo masculino, exerce ocupações manuais. Embora os números sejam relativamente pequenos para uma inferência com certo grau de segurança, a indicação é de que isso parece ocorrer um pouco menos freqüentemente entre os indivíduos que se originam de famílias de profissionais de nível superior, funcionários "white collar" e administradores (de diferentes níveis) de empresas privadas ou públicas do que nas demais categorias. Parece, assim, que de alguma forma essas famílias conseguem mais facilmente evitar que os filhos (que tenham apenas

esse grau de instrução) acabem exercendo ocupações manuais.

Entre as mulheres com esse nível de escolaridade, a proporção das que não exercem uma atividade econômica é ponderável — 61% — sensivelmente maior, portanto, do que a registrada entre as que completaram um curso de segundo ciclo. Entre as que trabalham, a maioria concentra-se em posições de nível médio: excluindo-se as raras (5%) que se encontram em posições mais elevadas, as demais desempenham ocupações manuais. No conjunto das trabalhadoras (assim escolarizadas, a ocorrência de uma ocupação desta natureza (manual) é praticamente a mesma verificada entre os trabalhadores masculinos com o mesmo grau de instrução. Por outro lado, porém, mais raramente do que o homem, a mulher atinge, com esse grau, uma ocupação que se classifique como de nível alto ou médio-alto. E nos poucos casos em que isso ocorre, uma presumível influência da origem social não é evidente.

#### PRIMÁRIO COMPLETO

**A** grande maioria (74%) dos homens que não foram além do curso primário encontra-se em ocupações manuais e, dentre estes, cerca de um terço é constituído de trabalhadores não-qualificados. Essa situação, que é mais generalizada entre os oriundos das camadas manuais, prevalece mesmo entre os que provêm de camadas mais favorecidas, sendo, contudo, um pouco menos freqüente entre os filhos de trabalhadores não-manuais de rotina e mais rara ainda entre os filhos de profissionais e técnicos de nível superior (Tabela 7).

Assim, a maioria dos indivíduos originários dos estratos médios e superiores que não foram além do curso primário encontra-se em ocupações de nível inferior e, portanto, por esse critério, teria baixado na escala social. É interessante notar que estes indivíduos constituem proporções maiores à medida que se passa das cortes mais antigas para as mais jovens (44%, 40%, 53% e 77%). A depreciação desse nível de escolaridade se torna, assim, cada vez mais difícil de ser neutralizada.

Entre as mulheres que não ultrapassaram o primário, o exercício de uma atividade remunerada significa mais comumente a situação de trabalhadora manual. As que se encontram em emprego de outra natureza constituem, independentemente de origem, frações relativamente pequenas, bem menores do que as registradas entre os homens com o mesmo nível de escolaridade.

Por outro lado, o decréscimo do exercício de uma atividade econômica se acentua entre as mulheres que completaram apenas o primário. Entre elas, quase três quartos não se incluem, pelos critérios adotados, na população economicamente ativa. Esta condição é mais freqüente ainda entre as analfabetas.

Dessa maneira, o efeito positivo da escolarização sobre a participação da mulher na força de trabalho, constatado em sociedades desenvolvidas, verifica-se igualmente

no Estado de São Paulo. A mesma tendência registra-se no Nordeste, embora nesta região as diferenças relacionadas com o grau de escolaridade sejam menos acentuadas, o que em parte se explicaria pela maior proporção de trabalhadores rurais aí existente. Na verdade, a relação entre escolaridade e participação na PEA deve ocorrer também em outras regiões, conforme sugerem os dados analisados por Miranda (1975) referentes ao país como um todo.

Entre os homens, que apresentam taxas de ocupação em geral muito mais elevadas, as flutuações relacionadas com o grau de instrução são pequenas e inconsistentes, ou seja, sem o nítido caráter monotônico observado entre as mulheres. E, por outro lado, o padrão não é o mesmo nas duas regiões, pois, em São Paulo, a taxa menos elevada se encontra entre os analfabetos, mas, no Nordeste, a participação destes se equipara à de outros grupos, o que também parece explicar-se pelas oportunidades, relativamente mais numerosas, de emprego no setor agrícola.

De um modo geral, porém, a relação entre origem social, escolaridade e ocupação apresenta, no Nordeste, padrões muito semelhantes aos verificados em São Paulo.

#### POSIÇÃO DOS INDIVÍDUOS QUE ULTRAPASSARAM O LIMITE EDUCACIONAL INERENTE À SUA ORIGEM

**U**ma visão mais geral da importância da educação pode ser obtida quando se comparam indivíduos que ultrapassaram e não ultrapassaram certos níveis de escolaridade (Tabelas 8 e 9).

Tais níveis foram estabelecidos a partir do exame do perfil educacional de cada um dos agregados constituídos pelos indivíduos provenientes das diferentes camadas sociais, definidas segundo o critério anteriormente descrito. Considerou-se como ponto divisório para a separação dos dois grupos o nível educacional em que incide a mediana da respectiva categoria. Como a variável educação não é contínua, os dois grupos não contêm o mesmo número de pessoas.

No Estado de São Paulo, entre os homens, a variação do nível em que incide o ponto divisório vai desde o primário incompleto, entre os filhos de trabalhadores rurais, a superior incompleto, no conjunto constituído pelos filhos de profissionais e técnicos de nível superior. Entre as mulheres, o ponto mais baixo é o mesmo e situa-se igualmente entre as filhas de trabalhadores rurais, porém, o mais alto fica um pouco aquém do verificado entre os homens (2º ciclo completo).

A proporção de homens que, por exercerem uma ocupação de nível mais elevado que a do pai, presumivelmente ascenderem na escala social é consideravelmente maior entre os "mais instruídos" do que entre os "menos instruídos".

Essa diferença prevalece em todas as categorias; na

verdade, na maioria dos grupos de origem não-manual relativamente raros são os que ascenderam sem terem ultrapassado o "limite" educacional de sua categoria. Mesmo nos grupos de origem manual, a condição de "menos instruído", só não se mostra tão adversa, no que respeita à mobilidade, para os indivíduos que se originaram das duas camadas inferiores — filhos de trabalhadores rurais e de trabalhadores urbanos sem qualificação. A taxa relativamente alta de mobilidade (61%) registrada entre os primeiros reflete o intenso processo de urbanização verificado naquele Estado a partir da década de quarenta. Cabe dúvida, porém, se esse movimento pode ser configurado como ascensão, inclusive porque na elaboração da escala original não se pôde considerar a renda não monetária dos trabalhadores rurais.

Quanto aos filhos de trabalhadores urbanos sem qualificação que ascenderam sem terem ultrapassado o limite educacional inerente à sua categoria de origem, a maioria (80%) encontra-se em ocupações manuais qualificadas ou semi-qualificadas, para as quais a capacitação pode ser adquirida mediante a aprendizagem em serviço.

Também entre os "mais instruídos" é entre os filhos de trabalhadores rurais e de trabalhadores urbanos sem qualificação que se encontram as maiores taxas de mobilidade ascendente. Significativamente, porém, entre estes últimos, a maioria dos que ascenderam encontra-se em ocupações não-manuais classificadas na posição IV. Assim, uma escolaridade relativamente mais elevada lhes teria permitido subir mais alto do que aqueles que ascenderam sem terem ultrapassado o limite educacional correspondente à sua origem.

No que se refere às mulheres, claras são também as indicações a respeito da relação entre educação e mobilidade. Entre as que exercem uma atividade remunerada, a ascensão, caracterizada a partir da posição ocupacional do pai, é sensivelmente mais freqüente no grupo das que ultrapassaram certos níveis de escolaridade do que no das que não o fizeram.

A importância da educação é particularmente significativa para as provenientes de certas camadas. Na verdade, nos grupos "mais instruídos" oriundos da camada manual mais elevada, as taxas de mobilidade ascendente são maiores entre as mulheres do que entre os homens. Ao contrário, entre os trabalhadores provenientes das camadas não-manuais, que apresentam em geral taxas menores, a escolaridade além dos limites identificados favorece mais a mobilidade dos homens que a das mulheres. Assim, nem mesmo quando ultrapassam os níveis de escolaridade mais comumente encontrados entre as suas iguais, as mulheres de origem não-manual usufruem as mesmas oportunidades de ascensão que se oferecem aos homens. Ou seja, quando a ascensão se torna mais difícil, como indicam as menores taxas de mobilidade verificadas nessas camadas, as dificuldades se agravam mais ainda para as mulheres.

As taxas relativamente altas, mais elevadas do que as registradas entre os homens de igual condição, verificadas entre as mulheres provenientes de certos grupos manuais, talvez se expliquem pelo aproveitamento da

mão-de-obra feminina em empregos, que pressupõem alguma escolarização, surgidos em certos níveis do setor terciário em decorrência da comercialização de serviços que anteriormente se executavam no âmbito doméstico (cabeleireira, ajudante de enfermagem, etc.), bem como da "multiplicidade de grandes estabelecimentos comerciais onde o elemento feminino predomina entre os balconistas", como bem assinalam Madeira e Singer (1973) quando apontam o "crescimento explosivo" do número de comerciárias entre 1940 e 1970. Dessa forma, se, pelo critério adotado, as taxas de mobilidade ascendente entre os indivíduos provenientes daqueles grupos mostram-se mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens, parte considerável dessas mulheres talvez se encontre em ocupações cujos retornos monetários podem ser até mesmo inferiores aos que auferem os homens que permaneceram em certas ocupações manuais.

No Nordeste, como em São Paulo, entre os homens como entre as mulheres, as percentagens de trabalhadores que se encontram em ocupações de nível mais elevado que o da ocupação paterna são sensivelmente maiores entre os "mais instruídos" do que entre os "menos instruídos" (Tabela 9).

Por outro lado, quer entre os primeiros, quer entre os segundos, as taxas de mobilidade ascendente, estimadas por esse critério, são menores no Nordeste do que naquele Estado.

Antes de prosseguir a análise convém ponderar, no entanto, que, por mais claros e reiterativos que sejam os indícios sobre a relação entre educação e mobilidade, não se pode, mesmo que se controle a origem social, como se faz, afastar a hipótese de que certas condições, as mesmas que levaram o indivíduo a ultrapassar o nível de escolaridade prevalecente entre os seus iguais, poderiam ter facilitado o acesso a posições mais elevadas.

## IDADE, ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO

A conveniência de se proceder a uma desagregação dos dados segundo a idade dos trabalhadores torna-se evidente quando se examina o perfil educacional dos diferentes grupos etários (Tabela 10). À medida que se passa dos grupos mais velhos para os mais jovens eleva-se monotonicamente o nível de escolaridade, resultando, assim, acentuadas as diferenças entre os grupos extremos, particularmente no que se refere às proporções de pessoas analfabetas e sem escolaridade primária completa. Essas diferenças refletem a expansão das oportunidades educacionais, que tem ocorrido concomitantemente com o processo de urbanização do país.

Por outro lado, também, poder-se-ia supor que a vantagem representada por certo grau de escolaridade acabaria manifestando-se antes numa fase um pouco mais avançada do que no início da carreira produtiva.

Outra hipótese, entretanto, é a de que a educação constitui mais um credenciamento para a obtenção de um emprego de certo nível do que um potencial para promoções futuras. Na verdade, as duas hipóteses não são mutuamente exclusivas, pois é possível que, dependendo dos critérios de admissão e promoção, que se supõe não serem uniformes ao longo da extensa gama de firmas e entidades onde se encontram empregos, bem como de características particulares de certas atividades, a educação afete a posição ocupacional mais de uma que de outra maneira.

Os dados apresentados a seguir indicam em que medida os fatos sugeridos pelo exame do agregado constituído pelos indivíduos de 20 a 65 anos prevalecem ou se modificam em cada um dos grupos etários em que se divide a amostra. A interpretação desses dados, porém, apresenta alguns problemas dificilmente contornáveis pois, além da expansão geral da escolaridade, que se reflete na elevação do perfil educacional das diferentes coortes, acima indicada, transformações importantes têm-se verificado na economia do país. Tais alterações terão redundado em oportunidades de emprego diferentes, bem como em requisitos educacionais diversos, para os que entraram no mercado de trabalho há menos ou há mais tempo.

## SEXO MASCULINO

### PRIMÁRIO COMPLETO

Conforme se indicou, a grande maioria dos que não foram além do curso primário encontra-se em ocupações manuais. Entretanto, a proporção dos que tendo completado apenas esse grau fugiram à regra colocando-se em empregos mais elevados não é a mesma nos diferentes grupos etários. Entre os indivíduos mais velhos, ou seja, entre os que ingressaram na força de trabalho há mais de vinte anos e que em 1973 ainda desempenhavam uma ocupação, mais de um terço se classifica em ocupações não-manuais. Essa proporção decresce entre os trabalhadores do grupo imediatamente menos antigo e torna-se menor ainda no grupo dos mais jovens, entre os quais raramente o curso primário completo corresponde a uma posição não-manual (Tabela 11).

Por outro lado (embora por razões de ordem prática, o fato não possa ser documentado com os dados dessa tabela) quer entre os mais jovens quer entre os mais antigos, a obtenção de uma ocupação dessa natureza (não-manual), tendo o indivíduo concluído apenas o primário, tende a ser um pouco menos freqüente entre os filhos de trabalhadores manuais do que nas demais categorias de origem.

## PRIMEIRO CICLO COMPLETO

Conforme se verificou, no conjunto dos trabalhadores masculinos, as ocupações de nível médio são as mais freqüentes entre os que não foram além do primeiro ciclo. O fato prevalece em todas as faixas etárias. Por outro lado, também, em todas as faixas encontra-se certa proporção em ocupações manuais, proporção essa, entretanto, que é maior no grupo mais jovem do que nos três grupos mais antigos. Embora em graus variados, essa diferença entre as faixas etárias ocorre na maioria das categorias de origem. Assim, menos freqüentemente do que no passado, um certificado de primeiro ciclo permite hoje evitar uma ocupação manual. Ao mesmo tempo, menos freqüentemente do que no passado esse grau de escolaridade se mostra compatível com uma ocupação de nível alto ou médio-alto.

## SEGUNDO CICLO

Mais freqüentemente do que a escolaridade de primeiro ciclo, a de segundo se associa ao desempenho de uma ocupação daqueles níveis. Essa vantagem prevalece em cada um dos quatro grupos etários em que se divide a amostra. Por outro lado, como ocorre também com o grau de escolaridade anterior, a freqüência de indivíduos que, não tendo ido além do segundo ciclo, desempenham ocupações daqueles níveis mais elevados é sensivelmente menor entre os trabalhadores mais jovens do que entre os mais velhos (com a aparente exceção dos que têm entre 51 e 65 anos de idade, na amostra um grupo pequeno). A indicação, portanto, é a de que também este grau de escolaridade, que é relativamente mais raro, já tem perdido valor como credencial para a obtenção de ocupações de nível alto ou médio-alto.

## SUPERIOR

A vantagem de um diploma superior sugerida pelos dados referentes ao conjunto dos trabalhadores manifesta-se em todos os grupos etários, mesmo no mais jovem, onde a escolaridade desse grau é mais difundida. Assim, a acentuada expansão das matrículas nesse nível de ensino, verificada nos últimos anos, ainda não se refletia negativamente na posição ocupacional dos indivíduos do sexo masculino que, em 1973, já haviam obtido emprego. Contudo, com esses dados nada se pode concluir a respeito de sua situação quanto à renda. E a este respeito, pode-se aventar a hipótese de que as discrepâncias salariais entre os portadores de diploma superior sejam maiores no grupo mais jovem do que nos mais antigos.

## SEXO FEMININO

### PRIMÁRIO

Como ocorre entre os homens, a grande maioria das trabalhadoras que não foram além do curso primário encontra-se em ocupações manuais. Porém, diferentemente do que acontece entre eles, não se pode dizer que a situação do grupo mais jovem, com menos de trinta anos, no que respeita à incidência do trabalho manual, seja diferente da verificada no grupo mais antigo. De fato, a comparação possibilitada pela Tabela 11, acima mencionada, sugere que, se para o homem com esse nível de escolaridade as oportunidades de trabalho eram melhores no passado do que em períodos mais recentes, para a mulher já no passado não eram das mais desejáveis.

### PRIMEIRO CICLO

Dentre as que completaram mas não foram além do primeiro ciclo, a maioria encontra-se em ocupações de nível médio; as diferenças registradas entre os grupos etários não são estatisticamente significativas.<sup>7</sup>

### SEGUNDO CICLO

Entre as trabalhadoras que não ultrapassaram o segundo ciclo, a maioria encontra-se também em ocupações de nível médio. Como, porém, as proporções em ocupações deste nível são maiores do que as registradas no grau de escolaridade anterior, conclui-se que o risco de exercer um trabalho manual decresce com a obtenção de um certificado deste nível.

Por outro lado, as diferenças entre as faixas etárias quanto à frequência de uma ocupação de nível alto ou médio-alto, indicadas na tabela citada, embora não sejam estatisticamente significativas, são consistentes na direção teoricamente esperada. Assim, por esse critério, também entre as mulheres a importância do segundo ciclo para a obtenção de uma posição mais elevada teria diminuído.

### SUPERIOR

Muito pequeno na amostra (apenas 2) é o número de trabalhadores com mais de cinquenta anos que têm escolaridade superior completa, de modo que, eliminando-se essa faixa mais antiga, a indicação, sugerida pela comparação entre as demais faixas etárias, seria a de que, para as mulheres, esse

grau de escolaridade teria perdido valor como credencial para a obtenção de emprego em nível alto ou médio-alto. Contudo, a diferença observada não chega a ser estatisticamente significativa.

### IDADE E PARTICIPAÇÃO NA PEA

Além dos fatos acima mencionados, a desagregação dos dados segundo a idade dos trabalhadores mostra que a participação da mulher na PEA, variando em função do seu nível de escolaridade, como já se indicou, varia também em função da idade, ou seja, aumenta monotonamente do grupo das mais antigas para o das mais jovens. Qualquer que seja o seu grau de escolaridade, desde que tenha vinte anos, tanto mais jovem a mulher, tanto maior é a probabilidade de que exerça uma atividade econômica. Nos dados utilizados, essa tendência se mostra mais acentuada em São Paulo do que no Nordeste, fato que provavelmente se relaciona com o vulto maior, nesta região, dos empregos no setor agrícola, que retém os indivíduos na PEA até uma idade mais avançada.

Relação semelhante entre idade e exercício de uma atividade econômica foi constatada, nos dados do recenseamento de 1970, por Miranda (1970). Para essa autora, as diferenças de participação relacionadas com a idade se deveriam ao aumento da escolarização feminina nas últimas décadas, a mudanças na atitude das mulheres em relação ao trabalho e à discriminação contra trabalhadores mais velhos em geral. Porém, conforme se aponta em outra parte deste trabalho, certa importância devem ter também as alterações verificadas na economia, que têm permitido a absorção de um maior número de mulheres sem uma correspondente expulsão ou rejeição de trabalhadores masculinos. Eles terão se deslocado para novos empregos, decorrentes de tais transformações.

Qualquer que seja o peso relativo dos diferentes fatores na determinação do fenômeno, a tendência, conforme mais claramente mostram os dados longitudinais referentes ao período entre 1920 e 1969, reunidos por Singer (1971), é a de uma crescente participação da mulher na força de trabalho. Esse aumento, porém, que se depreende dos dados relativos ao conjunto da população feminina, é o resultado de alterações nas taxas diferenciais de ocupação, relacionadas com a idade e o setor de emprego (agrícola ou não), que "em parte se contradizem e em parte se compensam" (Singer, *op. cit.*).

<sup>7</sup> Sempre que se faz referência a significância estatística, o teste utilizado foi o  $\chi^2$  ao nível de 0,05.

## ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO NAS DUAS REGIÕES

**A**presentando uma visão sumária das relações entre escolaridade e ocupação anteriormente apontadas, a Tabela 12 permite, ao mesmo tempo, uma comparação, a esse respeito, entre São Paulo e o Nordeste.

A diferença entre os sexos é o fato mais geral que ressalta dessa comparação. No Nordeste, como naquele Estado, o "efeito" ocupacional dos diferentes graus de escolaridade não é o mesmo para homens e mulheres. A diferença entre os sexos é mais visível nos graus mais elevados, quando entre os homens aumenta progressivamente a concentração nas ocupações de nível alto e médio-alto mas, entre as mulheres, grande parte permanece em ocupações de nível médio. Assim, mesmo atingindo certos graus de instrução, a mulher não encontra as mesmas oportunidades de trabalho que se oferecem aos homens. Ou delas não podem usufruir, por força das atribuições decorrentes da definição tradicional dos papéis masculino e feminino dentro do lar.

Curiosamente, a desvantagem do sexo feminino no que se refere às posições mais elevadas parece ser um pouco maior em São Paulo do que no Nordeste. Essa impressão resulta antes do caráter reiterativo das diferenças entre as duas regiões a partir do segundo ciclo incompleto do que de sua magnitude (pequena) em cada um dos grupos de instrução<sup>8</sup>. Se confirmada, essa desvantagem maior das mulheres em São Paulo poderia levar a especulações relacionadas com aspectos negativos do desenvolvimento capitalista, que tenderia a acentuar a inferioridade das minorias sociológicas. (Poder-se-ia prever, assim, que a desvantagem das pessoas de cor também será maior em São Paulo do que no Nordeste.) Dentre as explicações, talvez a mais simples seja a de que a situação de competição seria agravada em São Paulo pela presença de homens altamente motivados para o sucesso provenientes de outros Estados.

Para os homens, o credenciamento representado por um diploma superior "resulta" um pouco mais vantajoso no Estado de São Paulo do que no Nordeste, conforme sugerem as proporções de trabalhadores assim instruídos que se encontram em ocupações de nível alto e médio-alto. E isso ocorre não obstante o fato de a escolaridade superior ser mais difundida na população daquele Estado do que na do Nordeste.

---

<sup>8</sup> A impressão não seria a mesma se se examinasse simplesmente o conjunto da PEA feminina, pois a proporção de mulheres em ocupações de nível alto e médio-alto é um pouco maior em São Paulo do que no Nordeste. Contudo, isto parece resultar da estrutura das oportunidades de emprego numa e noutra região, pois uma diferença ainda mais acentuada, na mesma direção, se verifica também entre os homens.

De outro lado, na parte inferior da escala educacional, particularmente para os analfabetos, as oportunidades de trabalho se distribuem diferentemente numa e noutra região. Um tanto paradoxalmente, à primeira vista, a probabilidade de uma pessoa analfabeta encontrar-se em ocupação urbana é maior em São Paulo do que no Nordeste. E isso se verifica quer entre os trabalhadores masculinos quer entre os femininos. (Note-se, porém, que a probabilidade de o analfabeto ter um emprego — qualquer — é menor em São Paulo do que no Nordeste, diferença essa que é bem mais acentuada entre as mulheres do que entre os homens.)

Essas constatações indicam claramente que, para o indivíduo, o valor da educação no mercado de trabalho varia não só em função do nível educacional dos que com ele competem mas, também, das características mesmas da economia. Obviamente, se no Estado de São Paulo as oportunidades de emprego para trabalhadores rurais representam menos de um quinto das oferecidas pela economia e, por outro lado, o tipo de crescimento urbano-industrial que aí se verifica permite, tolera ou mesmo se beneficia do trabalho de pessoas analfabetas, a probabilidade de um emprego não-agrícola para estas pessoas será aí bem maior do que no Nordeste, onde, apesar das condições desfavoráveis prevaescentes no setor agropecuário, aí se concentra mais da metade do total dos empregos.

Assim, o problema do emprego não pode ser pensado simplesmente em função de características pessoais dos trabalhadores. A probabilidade de um indivíduo vir a exercer determinada ocupação depende, obviamente, não apenas de atributos pessoais mas, também, da disponibilidade de vagas ou possibilidades de trabalho, e isso varia em função do número de candidatos a emprego bem como de características mais gerais da economia, conforme sugerem as constatações acima. Mesmo quando esteja formalmente preparado para o exercício de uma profissão, ou mesmo quando, numa eventual competição, a sua posição possa ser favorável, ele não conseguirá o emprego ou o trabalho desejado se as suas aspirações não forem compatíveis com as oportunidades existentes.

Nem por constituir um truísmo essa observação deixa de ser pertinente, pois os "slogans" utilizados para incentivar o desenvolvimento educacional tendem a alimentar a noção de que o desemprego ou o emprego pouco produtivo resulta simplesmente de condições pessoais que a escolarização ou uma escolarização mais avançada (ou supostamente mais adequada) será capaz de superar.

O poder de competição do indivíduo depende de características pessoais e os dados mesmos deste trabalho, que mostram certas relações entre ocupação e sexo, ocupação e instrução, bem como entre ocupação e origem familiar, disso constituem clara evidência. Mais raramente, porém, se tem podido indicar com material empírico os limites que ao indivíduo impõem as condições estruturais representadas por certas características e tendências de economia.

Em São Paulo como nos Estados do Nordeste, ho-

mens e mulheres se distribuem diferencialmente ao longo da estrutura ocupacional; e independentemente do sexo, as pessoas analfabetas, as pouco e as muito instruídas se concentram em posições ocupacionais menos ou mais vantajosas, conforme seja o seu grau de instrução. Contudo, a comparação apresentada na Tabela 13 sugere que as opções ou a "área de manobra" de que os indivíduos dispõem não são as mesmas numa e noutra região. Aponta-se, nessa tabela, a discrepância entre uma e outra região no que se refere à distribuição dos trabalhadores pelas diferentes categorias ocupacionais. Em 1973, mais da metade dos indivíduos da amostra referente ao Nordeste era constituída de trabalhadores rurais. Entretanto, a diferença entre as duas regiões não reside apenas na repartição rural-urbana da população ativa. Também dentro do setor urbano a distribuição dos empregos varia. Em São Paulo, as ocupações manuais qualificadas ou semi-qualificadas são relativamente bem mais numerosas que as não-qualificadas; no Nordeste, as duas categorias se equivalem. A grande maioria dos trabalhadores qualificados e semi-qualificados se encontra na indústria, ou seja, o desenvolvimento industrial daquele Estado é o principal responsável pelo vulto das oportunidades de trabalho desse nível, que aí absorvem diretamente cerca de um terço da PEA masculina.

As diferenças entre as duas regiões são mais acentuadas entre os sujeitos investigados em 1973 do que entre os seus pais, o que poderia indicar que as mudanças ocorridas no país teriam tornado as duas regiões, sob esse aspecto pelo menos, antes mais dissemelhantes do que semelhantes.

Obviamente, para que essa hipótese pudesse ser sustentada, seria necessário que a estrutura dos diferenciais de fecundidade associados às diversas categorias ocupacionais fosse a mesma nas duas regiões. Isso porque os dados apresentados, que são os disponíveis, não se referem a uma geração de pais com os respectivos filhos mas, sim, a trabalhadores e seus pais; o número destes é, assim, inflacionado de acordo com a taxa de fecundidade da camada de que os trabalhadores provêm.

Por outro lado, não se pode determinar em que medida a maior semelhança entre as duas regiões no que toca aos pais se deve ao fato de entre os de São Paulo se incluírem aqueles que, embora tivessem vivido ou ainda vivam em regiões menos desenvolvidas (inclusive no Nordeste) se computam naquele Estado, para onde migraram os filhos.

Não menos sugestivos são os dados referentes à herança ocupacional, que se define grosseiramente como a percentagem de filhos que se encontram na mesma categoria ocupacional dos pais. Embora a taxa assim estimada oculte deslocamentos ocorridos dentro de cada categoria ocupacional, as diferenças registradas resultam de comparação para a qual um mesmo critério foi utilizado nas duas regiões. Em onze das quinze categorias identificadas, a taxa é menos elevada em São Paulo do que no Nordeste (Tabela 14). A sugestão, portanto, é de que as possibilidades estruturais de mobilidade ocupacional têm sido muito menores nessa região do que naquele Estado.

---

## CONCLUSÃO

---

Um balanço das constatações indica que se, por um lado, a origem familiar condiciona a extensão da escolaridade do indivíduo, de outro, esta pode modificar o destino ocupacional comumente associado àquela mesma origem. A vantagem da escolaridade depende, porém, de certas circunstâncias, relacionadas em parte com transformações históricas que a todos os indivíduos de alguma forma atingem, mas em parte, também, relacionadas com certas características pessoais, entre as quais se inclui a própria origem familiar. Assim, o "efeito" de um curso de segundo ciclo não se faz sentir da mesma maneira entre pessoas que provêm de origens diversas; e, por outro lado, a tendência para o trabalho manual verificada entre os que não foram além do curso primário pode ser mais facilmente contrariada se o indivíduo provier de uma família de empregado "white collar" ou profissional de nível superior.

Os dados não permitem fazer explorações a respeito da interferência, positiva ou negativa, de outras características pessoais, mas ao lado, ou além mesmo, da origem social, o sexo se apresenta como variável de clara importância na determinação do nicho em que, via escolarização, o indivíduo se coloca na esfera ocupacional.

No conjunto da população adulta estudada, a carreira escolar foi interrompida um pouco mais cedo entre as mulheres do que entre os homens ou, na verdade, entre elas mais freqüentemente sequer iniciada. Contudo, nem sendo mais raras do que os homens, as mulheres altamente educadas se colocam, com a freqüência verificada entre eles, em posições às quais um diploma superior permite ou facilita o acesso. E se para certa parte dos homens o ingresso nessas posições se faz com escolaridade que não vai além do segundo ciclo, para elas este grau não é suficiente ou é bem mais raramente.

Contudo, para as mulheres, a escolarização ou uma escolarização mais avançada implica em maior probabilidade de exercer uma atividade remunerada. Isso não significa que com mais escolarização a mulher comumente atinja os níveis ocupacionais que o preparo ou credenciamento escolar fraqueia aos homens. Daí resulta que, a julgar pelo nível educacional dos trabalhadores do sexo masculino, as mulheres são super-educadas em relação aos requisitos das ocupações em que se encontram.

Um nível educacional mais avançado do que o comumente alcançado entre os de origem semelhante à sua facilita ao indivíduo, em graus variáveis conforme seja o ponto de partida, a ascensão na escala social. Entre as mulheres, porém, a variação desse efeito da educação (das camadas manuais, onde é mais acentuado, para as

não-manuais, onde é mais tênue) é maior. Assim, tornando-se a mobilidade mais difícil a partir de certo ponto na escala social, agrava-se a dificuldade mais para as mulheres do que para os homens.

Para que se pudesse explorar a hipótese de que não é o sexo como categoria social mas, sim, uma menor duração ou regularidade da atividade profissional o fator responsável pela situação observada seria necessário dispor de informações sobre toda a carreira de uns e outros — homens e mulheres.

Embora a idade do trabalhador seja um atributo individual e como tal conviesse ser explorado se fosse possível acompanhar o indivíduo no decorrer das diversas fases de sua vida, neste trabalho, onde (pela natureza dos dados) tal acompanhamento não pode ser feito, utiliza-se essa variável para inferências a respeito de alterações, ao longo do tempo, na relação entre educação e emprego decorrentes não só da elevação dos níveis educacionais da população como, também, de transformações verificadas na economia. Estende-se, assim, no sentido longitudinal, o que resulta do fracionamento, por faixa etária, de um conjunto de pessoas investigadas num único momento histórico.

Admite-se que, não sendo possível identificar nos resultados assim obtidos o que é devido a influências relacionadas com o ciclo da carreira produtiva do indivíduo, as diferenças registradas entre os trabalhadores pertencentes a diferentes faixas etárias podem refletir tanto a acumulação de experiência ou vantagens advindas da antiguidade quanto uma concebível depreciação de certos graus de escolaridade, decorrente da expansão das oportunidades educacionais. Contudo, a inclinação por uma explicação deste último tipo, que privilegia transformações estruturais antes do que individuais, parece justificável quando se considera que possíveis vantagens decorrentes da idade ou experiência presumivelmente atingiriam todos os trabalhadores independentemente do seu nível educacional, ao passo que as diferenças constatadas, neste trabalho, do grupo mais antigo para o mais jovem não incidem sobre todos os graus de escolaridade. Assim, se para o indivíduo com educação primária a probabilidade de exercer uma ocupação não-manual se mostra maior entre os mais antigos do que entre os mais jovens, por outro lado, o diploma superior não acusa, de uma faixa para outra, qualquer flutuação como credencial associada ao exercício de uma ocupação de nível alto ou médio-alto.

Outras indicações referentes à atuação de fatores estruturais são obtidas quando se recorre a comparações inter-regionais. Quer no Nordeste, quer em São Paulo onde os níveis educacionais da população são mais elevados, o grau de escolaridade atingido pelo indivíduo depende de sua origem social. E numa como noutra região, a distribuição dos trabalhadores pelas diferentes categorias ocupacionais varia conforme seja o seu nível de escolaridade. Por outro lado, nítida é nas duas regiões a associação entre mobilidade ascendente (tal como operacionalizada neste trabalho) e o credenciamento escolar além dos graus mais comumente permitidos ou propiciados pela origem familiar. Entretanto, quer entre os assim ins-

truídos, quer entre os que não ultrapassaram os padrões prevaescentes entre os indivíduos de igual origem, as taxas de mobilidade ascendentes são sensivelmente menores no Nordeste do que em São Paulo.

Os dados referentes à distribuição da PEA em 1973 mostram significativas diferenças na estrutura das oportunidades das duas regiões. Como era de se esperar, a probabilidade de o indivíduo exercer uma ocupação de nível alto ou médio-alto se mostra um pouco maior em São Paulo do que no Nordeste. Por outro lado, um tanto surpreendentemente em face da difusão da escolaridade em uma e outra região, a probabilidade de um analfabeto encontrar-se em ocupação urbana é maior naquele Estado do que no Nordeste, fato que, obviamente, se deve ao vulto relativo dos empregos não-agrícolas nas duas regiões.

Em face dessas e de outras discrepâncias na estrutura das oportunidades de emprego, não seria necessário recorrer a características pessoais dos paulistas a fim de explicar as maiores taxas de mobilidade ascendente verificadas naquele Estado.

**A**o interpretar os resultados desta análise convém, porém, ter presentes certos aspectos de ordem cronológica.

Uma das limitações deste trabalho reside no fato de, na definição operacional de status ocupacional, não se ter podido considerar o grau de autonomia e a posição que o indivíduo tem na hierarquia na qual se insere a sua situação de trabalho. Essas dimensões não podem ser apreendidas através da informação disponível sobre a posição na ocupação, pois, entre os assalariados, o grau de subordinação varia grandemente e, por outro lado, entre os trabalhadores por conta própria, variável pode ser a dependência em relação a crédito e fornecedores ou a liberdade de escolha de fregueses ou clientes.

De qualquer forma, convém assinalar que, entre os trabalhadores masculinos, a proporção dos que têm, quando muito, educação primária é um pouco maior no grupo dos chamados autônomos do que no dos empregados em firmas particulares, categoria da qual a esse respeito mais se aproximam. Os empregados públicos, que apresentam níveis de escolaridade um pouco mais elevados, equiparam-se aos empregadores. Essa situação dos funcionários públicos provavelmente se relaciona com o peso das chamadas atividades de escritório no conjunto dos empregos do setor público.

Entre as mulheres, a inferioridade educacional das autônomas é mais acentuada ainda, pois entre elas, no Estado de São Paulo, onde os níveis educacionais são em geral mais elevados, cerca de um quinto é analfabeta; e, por outro lado, a proporção das escolarizadas que chegaram, quando muito, a completar o curso primário é mais reduzida do que nas demais categorias.

Assim, a situação de autônomo é mais comum entre as pessoas que têm pouca ou nenhuma escolarização. Vendo-se a questão por outro ângulo, pode-se dizer que a probabilidade de obter um trabalho assalariado é menor entre os que não atingiram certo nível de escolaridade<sup>9</sup>.

Seria interessante investigar a importância da escolarização para a probabilidade de exercício profissional em situações caracterizadas por relações de trabalho institucionalizadas, que se encontram no chamado mercado formal (ou primário), em contraposição ao mercado informal (ou secundário), onde o trabalho é mais instável ou a remuneração mais sujeita a flutuações. Dos dados disponíveis, o único que talvez pudesse ser utilizado para operacionalizar, embora de maneira precária, esse aspecto da situação do trabalhador de sorte a apreender as diferenças postuladas na teoria do mercado segmentado (Gordon, 1972; Edwards, 1975) seria o registro em carteira. Embora a percentagem de omissões nesse item seja muito elevada, verifica-se que, entre os que não têm "carteira assinada", é maior a proporção de analfabetos e, por outro lado, menor a proporção de trabalhadores com instrução superior, completa ou incompleta. Quanto aos níveis de instrução elementar e médio, não há diferenças entre os que têm e os que não têm registro. As discrepâncias entre as duas categorias são mais acentuadas no Nordeste do que em São Paulo.

Em face das limitações mencionadas, cabe perguntar se os "efeitos" da educação sobre a situação ocupacional não seriam mais significativos ou abrangentes do que os sugeridos pelas relações detectadas neste trabalho.

Por outro lado, com uma análise *ex post facto*, como a que se pode fazer com dados de um "survey", por mais acentuadas que fossem essas e outras relações, dificilmente se poderia afirmar que uma situação ocupacional aparentemente obtida graças a certo grau de escolaridade de fato a esta se deve, pois lógica e teoricamente é possível admitir que tanto o grau de escolaridade quanto o status ocupacional resultem, de maneira independente, de uma condição comum que a natureza dos dados ou a estratégia de análise não permitiram identificar.

Entretanto, parte dessa preocupação, talvez a mais importante, parece poder ser afastada pois se procurou, de certa forma, controlar a influência da origem social. E, na verdade, esta se mostrou capaz não só de condicionar o grau de escolaridade como também de influir sobre o seu efeito, ora permitindo que de fato atue, como ocorre entre as mulheres com curso superior de origem favorecida, que conseguem colocar-se em posições mais

elevadas, ora protegendo os menos instruídos contra uma possível queda na escala social, como acontece com os filhos de profissionais de nível superior, industriais e altos administradores que não foram além de um curso de segundo ciclo.

Contudo, ao inferir sobre efeitos da escolaridade, como se faz neste trabalho, não se tem base segura para concluir que eles se devam a uma preparação para o desempenho profissional propiciado pela escola e, muito menos, que uma presumível preparação derive principalmente de conhecimentos ou habilidades técnicas adquiridas. Concluir tranquilamente por esta última possibilidade seria negligenciar todas as hipóteses que têm sido formuladas sobre o papel da escola como agência de transmissão de valores e instrumentos de controle social.

Dependendo da postura ideológica de quem a analise, a educação pode assim apresentar-se como capacitação ou como "domesticação"<sup>10</sup>. Mas há ainda uma variante desta última interpretação: a de que para as pessoas que procuram trabalho, a escolaridade pode representar principalmente uma titulação ou simples forma de credenciamento; para o empregador, um critério prático de seleção, ou pelo menos um critério preliminar, numa situação em que, tendo-se diversificado as atividades ocupacionais e multiplicado o número de candidatos a emprego, a utilização de outros recursos se torna mais difícil ou onerosa. Nesse sentido, como uma explicação alternativa à derivada da teoria do capital humano, a abordagem credencialista sugere que os empregadores preferem ou pagam mais às pessoas portadoras de diploma superior sobretudo porque, tendo completado um curso desse nível, estão elas indicando que possuem certas características de personalidade ou maneiras de ser necessárias ao tipo de desempenho profissional desejado (Taubman e Wales, 1973).

Nada há nos dados utilizados que justifique qualquer decisão por uma dessas interpretações. Tampouco a isso o trabalho se propôs. ●

---

<sup>9</sup> Vide, a propósito, a análise de Prandi (1978) sobre os trabalhadores por conta própria na cidade de Salvador.

<sup>10</sup> Na visão de alguns críticos radicais, a escola, inculcando nos estudantes uma mentalidade burocrática, contribui para a formação de trabalhadores alienados, como conviria aos interesses das empresas na sociedade de consumo (Gintis, 1971).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Olga, M. Shild e Zuleika L.C. de Oliveira, 1975. "Proposição metodológica para análise dos diferenciais entre migrantes e nativos nas áreas metropolitanas", Anexo III, *Revista Brasileira de Geografia*, 37(3).
- BOUDON, Raymond, 1974. *Education, Opportunity and Social Inequality*. New York: John Wiley and Sons.
- BOURDIEU, Pierre et Jean Claude Passeron, 1975. *A Reprodução*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha, 1979. "Sexualização das ocupações: o caso brasileiro", in *Cadernos de Pesquisa*, nº 28.
- COSTA, Ramonaval Augusto, 1977. *Mobilidade Social. Alguns resultados empíricos para o Brasil*. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo (mimeo.).
- DORE, Ronald, 1978. *The Diploma Disease*. Berkeley: University of California Press.
- EDWARDS, P.C. et alii, 1975. *Labor Market Segmentation*. Lexington, Mass.: D.C. Heath.
- GINTIS, Herb., 1971. "Contre-culture et militantisme politique", in *Temps Modernes*, Fev.
- GORDON, David M., 1972. *Theories of Poverty and Underemployment*. Lexington, Mass.: D.C. Heath and Company.
- HOLSINGER, Donald D., 1975. "Occupational Attainment in Brazil", in *Comparative Education Review*, Vol. 19, nº 2.
- HUSEN, Torstein, 1972. *Origine Sociale et Education*. Paris: O.C.D.E.
- HUTCHINSON, Bertram, 1960. *Mobilidade e Trabalho*. Rio de Janeiro: INEP-Ministério da Educação e Cultura.
- KATZ, Zev, 1973. *Patterns of Social Mobility in the USSR*. Cambridge, Mass.: MIT - Center for International Studies.
- LERNER, Michel D., 1970. *Determinants of Educational Attainment in Brazil*, 1960. Tese de doutoramento, University of California, Berkeley. Apud Mello e Souza, Alberto, 1978. *Determinantes da Escolarização na cidade do Rio de Janeiro*. IPEA-Secretaria do Planejamento, (mimeo.).
- MADEIRA, Felicia R. e Paul I. Singer, 1973. *Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970*, *Cadernos Cebrap* nº 13.
- MARKIEWICZ-LAGNEAU, Janine, 1969. *Education, Egalité et Socialisme*. Paris: Editions Anthropos, pp. 104-125.
- MELLO e SOUZA, Alberto, 1978. *Determinantes da Escolarização na Cidade do Rio de Janeiro*. IPEA-Secretaria do Planejamento, (mimeo.).
- MIRANDA, Glaura Vasques de, 1975. "A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970", *Cadernos de Pesquisa*, nº 15.
- PASTORE, José, 1979. *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor Ltda.
- PRANDI, José Reginaldo, 1978. *O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital*. São Paulo: Edições Símbolo.
- ROCHA, Fernando A.S. e E.A. Wilkening, 1969. "Estratificação Social em Brasília, D.F.: Teste de um Modelo Causal". Trabalho apresentado à VII Reunião Brasileira de Economicistas Rurais, (mimeo.).
- SCHMIDT, Isaura Belloni e Glaura Vasques de Miranda, 1977. *Determinantes da Escolarização*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, (mimeo.).
- SILVA, Nelson do Valle, 1974. *A posição social das ocupações*. Brasília: Fundação I.B.G.E. (mimeo.).
- , 1979. "As duas faces da mobilidade". *Dados* nº 21.
- SINGER, Paul I., 1971. *Força de Trabalho e Emprego no Brasil 1920-1969*. São Paulo: Centro de Análise e Planejamento, Caderno 3.
- SMOCK, Audrey Chapman, 1978. *Sex Differences in Educational Opportunity and Employment in Six Countries*. Paris: International Institute for Educational Planning, Unesco, (mimeo.).
- SOBEL, Irvin, 1978. "The Human Capital Revolution in Economic Development: Its Current History and Status", in *Comparative Education Review*, Vol. 22, nº 2, June.
- TAUBMAN, Paul J. e T.J. Wales, 1973. "Higher Education, Mental Ability and Screening", *Journal of Political Economy*, Jan-Feb.
- TODOROV, Maria Silvia Ribeiro, 1977. *Origem Sócio-Econômica, Experiência Urbana e Sucesso no Vestibular*. Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, (mimeo.).

TABELA 1  
ESCOLARIDADE E ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA - SÃO PAULO

Ocupação do pai	Escolaridade									Total 100%
	An.	P.I.	P.C.	1º I.	1º C.	2º I.	2º C.	S.I.	S.C.	
Homens										
Trabalhadores rurais	20	49	24	3	1	1	1	0	1	6049
Urbanos sem qualificação	4	24	48	8	5	3	4	2	2	1154
Qualificados e semi-Ind.	2	17	45	14	8	3	6	3	2	1242
Motoristas	1	10	44	12	9	7	7	5	5	304
Qualificados e semi-Outros	2	18	42	15	9	3	6	2	3	163
Comerciantes	1	10	29	14	10	5	12	8	11	630
Agricultores proprietários	8	34	28	5	5	3	6	4	7	397
Não-manuais – rotina	1	1	29	12	16	8	9	8	16	68
Mestres e contra – Ind.	2	9	34	13	19	3	11	6	3	64
Outros – nível médio	2	15	27	12	10	3	15	7	9	446
Pecuaristas e outros proprietários	2	15	23	13	9	5	16	6	11	140
Administradores Públicos e Privados	—	3	28	13	11	3	14	9	19	144
Outros de nível médio alto	—	—	10	10	8	5	23	10	34	39
Prof. e Técnicos Nív. Sup.	—	2	9	8	8	3	13	19	38	118
Administradores de Bancos e Cias. de Seguro	2	9	22	7	11	3	18	11	17	178
Mulheres										
Trabalhadores rurais	37	39	18	2	1	1	1	0	0	3751
Urbanos sem qualificação	8	25	47	7	5	2	4	2	0	985
Qualificados e semi-Ind.	3	19	52	8	7	3	5	2	1	985
Motoristas	2	10	49	13	5	5	9	5	2	238
Qualificados e semi-Outros	3	19	43	7	6	4	13	3	2	143
Comerciantes	2	12	28	10	8	3	23	8	6	414
Agricultores e proprietários	12	30	25	6	3	2	12	4	6	265
Não-manuais – rotina	5	3	19	15	5	10	24	13	6	72
Mestres e contra – Ind.	3	11	30	8	10	4	21	8	5	309
Outros – nível médio	—	14	36	10	—	6	24	4	6	51
Pecuaristas e outros proprietários	4	7	21	8	8	3	22	13	14	72
Administradores Públicos e Privados	—	3	27	6	12	6	31	4	11	115
Outros de nível médio-alto	—	3	6	12	9	15	28	24	3	33
Prof. e Técnicos Nív. Sup.	3	1	5	7	15	—	35	11	24	73
Administradores de Bancos e Cias. de Seguro	5	7	22	2	7	6	28	7	15	95

TABELA 2  
ESCOLARIDADE E ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA - NORDESTE

Ocupação do pai	Escolaridade									Total 100%
	An.	P.I.	P.C.	1º I.	1º C.	2º I.	2º C.	S.I.	S.C.	
<b>Homens</b>										
Trabalhadores rurais	55	38	5	1	0	0	0	0	0	10640
Urbanos sem qualificação	27	41	17	7	4	2	2	0	0	659
Qualificados e semi-Ind.	21	41	17	8	4	2	5	1	1	650
Motoristas	6	22	26	13	8	10	7	3	5	88
Qualificados e semi-Outros	15	36	21	12	5	5	3	1	2	98
Comerciantes	12	30	17	10	7	6	11	3	4	512
Agricultores proprietários	34	46	10	3	2	1	2	0	2	833
Não-manuais – rotina	6	19	26	11	6	4	9	6	13	53
Mestres e contra – Ind.	8	22	14	10	9	8	14	4	11	207
Outros – nível médio	7	16	29	19	10	13	3	–	3	31
Pecuaristas e outros proprietários	15	31	21	9	4	6	5	4	7	144
Administradores Públicos e Privados	2	14	12	12	5	11	16	14	14	57
Outros de nível médio alto	–	6	10	10	12	14	36	6	6	50
Profs. e Técnicos Nív. Sup.	–	3	5	14	5	2	17	6	48	58
Administradores de Bancos e Cias. de Seguro	6	31	15	11	8	6	11	4	8	48
<b>Mulheres</b>										
Trabalhadores rurais	61	31	5	1	0	0	0	0	0	8644
Urbanos sem qualificação	31	36	15	8	3	1	4	–	0	504
Qualificados e semi-Ind.	25	36	16	7	4	3	8	1	0	401
Motoristas	3	17	20	20	4	14	18	3	1	66
Qualificados e semi-Outros	14	32	22	9	5	6	12	–	–	65
Comerciantes	11	27	18	11	6	2	15	4	6	324
Agricultores proprietários	38	41	9	4	1	1	4	1	1	679
Não-manuais – rotina	7	7	14	2	7	9	28	14	12	43
Mestres e contra – Ind.	7	19	18	7	7	6	25	3	8	158
Outros – nível médio	–	40	15	5	10	–	30	–	–	20
Pecuaristas e outros proprietários	13	33	10	9	3	3	21	3	5	76
Administradores Públicos e Privados	4	25	10	6	6	8	29	–	12	49
Outros de nível médio-alto	8	23	11	19	12	–	15	8	4	26
Profs. e Técnicos Nív. Sup.	6	–	9	3	3	3	35	22	19	32
Administradores de Bancos e Cias. de Seguro	9	23	16	10	10	–	23	6	3	31

TABELA 3  
 PERFIL EDUCACIONAL DOS DIFERENTES GRUPOS OCUPACIONAIS  
 (Percentagens)  
 SÃO PAULO

Grupos ocupacionais	Escolaridade									Total 100%
	An.	P.I.	P.C.	1º I.	1º C.	2º I.	2º C.	S.I.	S.C.	
Trabalhadores rurais										
Masculinos	34	50	14	2	0	0	0	0	—	2163
Femininos	46	44	10	0	—	—	0	—	—	750
Urbanos sem qualificação										
Masculinos	16	42	32	7	2	1	0	0	0	2303
Femininos	18	35	36	6	2	1	1	0	—	3204
Qualificados e semi-Ind.										
Masculinos	8	33	44	7	4	1	1	1	0	2854
Femininos	2	17	58	11	6	3	2	1	—	194
Motoristas										
Masculinos	2	38	46	8	4	1	1	—	0	856
Femininos	—	—	—	—	100	—	—	—	—	1
Qualificados e semi-Outros										
Masculinos	7	40	35	8	6	2	1	1	0	346
Femininos	1	15	49	16	7	3	5	2	1	210
Comerciantes										
Masculinos	6	25	35	11	7	2	7	4	2	513
Femininos	5	15	44	5	15	1	8	1	6	80
Agricultores proprietários										
Masculinos	16	47	24	3	5	2	2	1	1	170
Femininos	50	50	—	—	—	—	—	—	—	2
Não-manuais — rotina										
Masculinos	1	8	29	16	12	6	16	7	4	254
Femininos	—	0	1	2	5	7	27	32	25	490
Mestres e contra — Ind.										
Masculinos	4	40	39	6	6	1	4	—	—	130
Femininos	—	11	78	11	—	—	—	—	—	9
Outros — nível médio										
Masculinos	1	9	30	16	14	7	13	8	2	1351
Femininos	0	2	17	12	20	12	26	9	2	836
Pecuaristas e outros proprietários										
Masculinos	4	26	33	11	6	1	8	7	4	102
Femininos	9	27	27	18	—	—	18	—	—	11
Administradores Públicos e Privados										
Masculinos	0	8	26	9	11	5	18	8	15	540
Femininos	3	5	12	11	15	3	30	12	9	100
Outros de nível médio-alto										
Masculinos	—	4	9	6	19	7	19	15	21	123
Femininos	—	—	15	8	4	—	35	11	27	26
Prof. e Técnicos Nível Sup.										
Masculinos	—	0	0	0	1	1	16	12	69	356
Femininos	—	—	1	—	—	—	9	16	74	147
Administradores de Bancos e Cias. de Seguro										
Masculinos	2	17	23	6	12	2	17	9	12	232
Femininos	—	8	23	—	8	—	38	15	8	13
Total										
Masculinos	12	32	31	7	5	2	5	2	4	12293
Femininos	15	26	28	6	5	3	9	4	4	6073



TABELA 5  
 OCUPAÇÕES DOS TRABALHADORES COM SEGUNDO CICLO COMPLETO, SEGUNDO A CATEGORIA SOCIAL DE ORIGEM  
 (Percentagens)  
 SÃO PAULO

Categoria ocupacional dos filhos	Masculinos															Femininos														
	Categoria ocupacional dos pais															Categoria ocupacional dos pais														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Nível I																														
1. Trabalhadores rurais						1	14									3		2												
Nível II																														
2. Urbanos e sem qualificação	11	2				12								7	11	3	11											7		
Nível III																														
3. Qualificados e semi - Ind.	11	11	11	25	8	4				9			7		3	3														
4. Motoristas	2					4																								
5. Qualificados e semi - Outros		4		10											8						3	3							6	
Nível IV																														
6. Comerciantes	9	7	7	5	11	10				19				7							3								5	
7. Agricultores proprietários						1	10																							
8. Não-manuais - rotina	2	16	10	5	6					9		13	7		28	41	16	25	53	65	67	29	58	32	35	50				
9. Mestres e contra - ind.		2	3							14																				
10. Outros de nível médio	33	39	30	25	26	41	67			24	26	27	25		31	49	57	65	25	24	17	71	33	53	35	25				
Nível V																														
11. Pecuaristas e outros proprietários	2	2	1							14				4							1									
12. Administradores Públicos e privados	11	7	16	10	18	4	33	57	5	42	27	18			5	2	5	10	5	4					9	4	10	6		
13. Outros de nível médio-alto	4		1		5	9		29	9	5		7			3	2	5										4	10	6	
Nível VI																														
14. Profission. e Técnicos Nível Superior	9	10	14	20	8	4				5	16	13	4		5		2		3									5		
15. Administradores de Bancos e Cias. de Seguros	6		7		3					5	11	6	28		3		2				4	8							7	
Total (100%)	(46)	(44)	(71)	(20)	(66)	(22)	(6)	(7)	(21)	(19)	(15)	(28)			(36)	(39)	(44)	(20)	(75)	(25)	(12)	(7)	(12)	(28)	(20)	(16)				



TABELA 7  
 OCUPAÇÕES DOS TRABALHADORES COM ESCOLARIDADE PRIMÁRIA COMPLETA, SEGUNDO A CATEGORIA SOCIAL DE ORIGEM (Percentagens)  
 SÃO PAULO

Categoria ocupacional dos filhos	Masculinos															Femininos														
	Categoria ocupacional dos pais															Categoria ocupacional dos pais														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Nível I	17	1	1	3	7	20	-	-	7	-	11	3	14	0	1	-	2	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	
1. Trabalhadores rurais																														
Nível II	19	24	16	13	17	14	11	20	13	18	-	14	66	73	75	63	63	50	59	33	89	67	-	-	-	-	-	-	-	
2. Urbanos e sem qualificação																														
Nível III	30	37	48	26	20	12	22	55	23	37	11	31	8	7	5	10	-	5	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3. Qualificados e semi - Ind.																														
4. Motoristas	4	4	2	2	4	2	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
5. Qualificados e semi - Outros	10	9	8	34	11	14	11	-	13	9	11	12	5	5	8	2	5	8	-	8	-	11	33	-	-	-	-	-	-	
Nível IV	5	3	3	5	18	5	6	5	3	-	22	12	1	0	0	2	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
6. Comerciantes																														
7. Agricultores proprietários	2	0	-	1	10	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
8. Não-manuais - rotina	1	2	3	0	3	3	-	-	3	11	3	3	3	3	6	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
9. Mestres e contra - ind.	1	2	1	15	1	2	-	-	3	-	3	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
10. Outros de nível médio	8	12	11	-	12	10	33	-	13	15	34	14	3	10	8	15	14	5	-	25	50	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nível V	0	0	1	0	0	2	-	5	13	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	
11. Pecuaristas e outros proprietários privados																														
12. Administradores Públicos e privados	2	5	5	2	4	5	11	10	-	6	-	-	0	1	-	-	1	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
13. Outros de nível médio-alto	0	-	0	-	-	-	6	-	3	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nível VI	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
14. Profission. e Técnicos Nível Superior																														
15. Administradores de Bancos e Cias. de Seguros	1	1	1	-	2	1	-	5	6	6	-	11	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total (100%)	(1309)	(500)	(507)	(124)	(168)	(97)	(18)	(20)	(31)	(33)	(9)	(35)	(430)	(230)	(268)	(67)	(65)	(38)	(4)	(12)	(6)	(9)	(3)	(2)	-	-	-	-	-	

TABELA 8  
EDUCAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL  
SÃO PAULO

Categoria de origem	Mascullinos			Femininos		
	Escolaridade mediana	Percentagem em ocupações mais elevadas que a do pai		Escolaridade mediana	Percentagem em ocupações mais elevadas que a do pai	
		Menos instruídos %	Mais instruídos %		Menos instruídos %	Mais instruídos %
Posição I Trabalhadores rurais	Prim. inc.	61 (3749)	85 (1705)	Prim. inc.	66 (1541)	89 (600)
Posição II Urbanos sem qualificação	Prim. compl.	66 ( 771)	90 ( 250)	Prim. compl.	20 ( 401)	75 (174)
Posição III Qualificados e semi – Ind. Motoristas	Prim. compl.	22 ( 706)	59 ( 417)	Prim. compl.	9 ( 391)	70 (210)
	Prim. compl.	19 ( 154)	66 ( 126)	Prim. compl.	22 ( 81)	82 ( 76)
Posição IV Comerciantes Proprietários Agrícolas Não manuais – rotina Mestres e Contra – Ind.	1º C. inc.	8 ( 305)	42 ( 260)	1º C. inc.	3 ( 143)	18 (136)
	Prim. compl.	5 ( 238)	35 ( 112)	Prim. compl.	0 ( 95)	12 ( 68)
	1º C. compl.	21 ( 38)	62 ( 26)	2º C. compl.	3 ( 30)	46 ( 13)
	1º C. inc.	9 ( 32)	60 ( 25)	1º C. inc.	5 ( 20)	7 ( 15)
Posição V Pecuaristas e outros proprietários Administradores	1º C. inc.	3 ( 66)	13 ( 61)	2º C. compl.	0 ( 35)	35 ( 17)
	1º C. compl.	6 ( 69)	40 ( 60)	2º C. compl.	0 ( 58)	31 ( 16)
Posição VI Profissionais e Técnicos Nível Superior Industriais e Altos Administradores de Bancos e Cias. de Seguros	Sup. inc.	–	–	2º C. compl.	–	–
	2º C. compl.	–	–	2º C. compl.	–	–

Notas: Os números entre parênteses indicam os totais sobre os quais as percentagens foram computadas.

TABELA 9  
EDUCAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL  
NORDESTE

Categoria de origem	Masculinos			Femininos		
	Escolaridade mediana	Percentagem em ocupações mais elevadas que a do pai		Escolaridade mediana	Percentagem em ocupações mais elevadas que a do pai	
		Menos instruídos %	Mais instruídos %		Menos instruídos %	Mais instruídos %
Posição I Trabalhadores rurais	Analfabetos	23 (5650)	48 (4515)	Analfabetos	27 (3722)	55 (2467)
Posição II Urbanos sem qualificação	Prim. inc.	37 ( 417)	74 ( 196)	Prim. inc.	10 ( 239)	52 ( 124)
Posição III Qualificados e semi – Ind. Motoristas	Prim. inc.	8 ( 371)	43 ( 221)	Prim. inc.	7 ( 151)	52 ( 126)
	Prim. compl.	7 ( 45)	57 ( 37)	1º C. inc.	31 ( 29)	83 ( 24)
Posição IV Comerciantes Proprietários Agrícolas Não-manuais – rotina Mestres e Contra – Ind.	Prim. compl.	6 ( 277)	31 ( 194)	Prim. compl.	3 ( 118)	16 ( 115)
	Prim. inc.	4 ( 646)	20 ( 160)	Prim. inc.	0 ( 381)	8 ( 118)
	1º C. inc.	21 ( 28)	48 ( 21)	2º C. compl.	0 ( 26)	33 ( 9)
	Prim. compl.	0 ( 13)	14 ( 14)	Prim. compl.	20 ( 5)	0 ( 14)
Posição V Pecuaristas e outros proprietários Administradores	Prim. compl.	0 ( 93)	29 ( 48)	1º C. inc.	0 ( 35)	4 ( 25)
	2º C. inc.	3 ( 29)	18 ( 22)	1º C. compl.	0 ( 18)	13 ( 16)
Posição VI Profissionais e Técnicos Nível Superior Industriais e Altos Administradores de Bancos e Cias. de Seguro	Sup. inc.	–	–	2º C. compl.	–	–
	Prim. compl.	–	–	Prim. Compl.	–	–

Nota: Os números entre parênteses indicam os totais sobre os quais as percentagens foram computadas.

TABELA 10  
ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES MASCULINOS SEGUNDO A IDADE E A NATURALIDADE  
(Percentagens)

Instrução	São Paulo					Nordeste			
	Residentes					Naturais do Estado	Naturais de outros Estados	Naturais de outros países	Total dos Residentes
	Idade								
	20-30	31-40	41-50	51-65	Total				
Analfabetos	5	11	16	25	12	5	15	7	49
Primário incompleto	24	34	40	42	33	24	28	17	36
Primário completo	34	33	39	21	30	36	39	37	8
1º Ciclo incompleto	12	6	4	2	7	9	6	4	3
1º Ciclo completo	7	5	3	3	5	6	4	11	2
2º Ciclo incompleto	4	1	0	0	2	3	1	2	1
2º Ciclo completo	5	5	3	3	5	7	3	10	2
Superior incompleto	6	1	1	1	3	5	2	3	1
Superior completo	3	4	4	3	3	5	2	10	1
Total (100%)	4806	3081	2341	2095	12323	8034	3473	811	16125

TABELA 11  
 ESCOLARIDADE E NÍVEL OCUPACIONAL EM DIFERENTES GRUPOS ETÁRIOS  
 SÃO PAULO

Ocupação	Masculinos				Femininos			
	Idade				Idade			
	20-30 %	31-40 %	41-50 %	51-65 %	20-30 %	31-40 %	41-50 %	51-65 %
	Primário completo				Primário completo			
Manual	83	72	60	63	73	89	86	71
Não-manual								
Médio	12	21	27	27	14	11	14	29
Alto	5	7	13	10	3	—	—	—
TOTAL (100%)	(1370)	(836)	(549)	(264)	(774)	(248)	(153)	(48)
	1º Ciclo completo				1º Ciclo completo			
Manual	42	27	17	27	32	31	45	50
Não-manual								
Médio	46	45	50	46	67	63	55	50
Alto	12	28	33	27	1	6	—	—
TOTAL (100%)	(267)	(113)	(59)	(40)	(168)	(31)	(18)	(4)
	2º Ciclo completo				2º Ciclo completo			
Manual	18	11	10	21	10	5	4	14
Não-manual								
Médio	52	39	40	31	82	79	86	62
Alto	30	50	50	48	8	16	10	24
TOTAL (100%)	(213)	(127)	(62)	(42)	(243)	(91)	(52)	(21)
	Superior completo				Superior completo			
Manual	0	0	—	5	1	2	—	—
Não-manual								
Médio	16	11	16	8	47	36	24	50
Alto	84	89	84	87	52	62	76	50
TOTAL (100%)	(108)	(107)	(91)	(40)	(74)	(49)	(17)	(2)

TABELA 12  
ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO NAS DUAS REGIÕES

INSTRUÇÃO	GRUPO OCUPACIONAL	SÃO PAULO		NORDESTE	
		Masculinos %	Femininos %	Masculinos %	Femininos %
Analfabetos	Trabalhadores rurais	50	37	74	70
	Manuais urbanos	43	62	19	28
	Nível médio	5	1	7	2
	Médio-alto e alto	1	—	—	—
	TOTAL (100%)	(1456)	(933)	(7433)	(5046)
Primário I.	Trabalhadores rurais	27	21	48	44
	Manuais urbanos	60	76	35	48
	Nível médio	10	2	15	8
	Médio-alto e alto	3	1	2	0
	TOTAL (100%)	(4002)	(1569)	(5935)	(3034)
Primário C.	Trabalhadores rurais	8	4	10	10
	Manuais urbanos	66	81	56	57
	Nível médio	20	14	27	31
	Médio-alto e alto	6	1	7	2
	TOTAL (100%)	(3787)	(1703)	(1243)	(784)
1º Ciclo I.	Trabalhadores rurais	4	1	5	3
	Manuais urbanos	51	65	46	56
	Nível médio	36	30	41	39
	Médio-alto e alto	9	4	8	2
	TOTAL (100%)	(887)	(393)	(494)	(303)
1º Ciclo C.	Trabalhadores rurais	1	—	1	0
	Manuais urbanos	35	32	30	31
	Nível médio	44	63	49	62
	Médio-alto e alto	20	5	20	6
	TOTAL (100%)	(619)	(334)	(252)	(130)
2º Ciclo I.	Trabalhadores rurais	2	—	2	1
	Manuais urbanos	31	28	34	33
	Nível médio	49	70	52	63
	Médio-alto e alto	18	2	12	3
	TOTAL (100%)	(259)	(164)	(186)	(113)
2º Ciclo C.	Trabalhadores rurais	1	0	1	—
	Manuais urbanos	12	7	16	7
	Nível médio	47	81	50	79
	Médio-alto e alto	40	11	33	14
	TOTAL (100%)	(560)	(543)	(296)	(419)
Superior I.	Trabalhadores rurais	0	—	—	—
	Manuais urbanos	9	5	3	1
	Nível médio	50	77	51	76
	Médio-alto e alto	41	18	46	23
	TOTAL (100%)	(309)	(222)	(93)	(78)
Superior C.	Trabalhadores rurais	—	—	—	—
	Manuais urbanos	1	1	—	—
	Nível médio	12	39	21	34
	Médio-alto e alto	87	60	79	66
	TOTAL (100%)	(444)	(212)	(193)	(86)

TABELA 13  
ESTRUTURA DA PEA MASCULINA

Categoria ocupacional	São Paulo		Nordeste	
	Pais %	Filhos %	Pais %	Filhos %
Trabalhadores rurais	54	18	75	52
Urbanos sem qualificação	10	19	5	14
Qualificados e semi – Ind.	11	23	5	10
Motoristas	3	7	1	3
Qualificados e semi – Outros	1	3	1	1
Comerciantes	6	4	4	5
Agricultores proprietários	4	1	6	5
Não-manuais – rotina	1	2	0	1
Mestres e contra – Ind.	0	1	0	0
Outros – nível médio	4	11	1	5
Pecuaristas e outros proprietários	1	1	1	1
Administradores Públicos e Privados	1	4	0	1
Outros de nível médio alto	0	1	0	0
Profs. e Técnicos Nív. Sup.	1	3	0	1
Administradores de Bancos e Cias. de Seguro	2	2	0	0
TOTAL (100%)	(11136)	(12293)	(14128)	(16125)

TABELA 14  
HERANÇA OCUPACIONAL  
(Percentagem de filhos do sexo masculino que se encontram na mesma categoria ocupacional dos pais)

Categoria ocupacional	São Paulo %	Nordeste %
Trabalhadores rurais	30 (5752)	65 (10347)
Urbanos sem qualificação	22 (1078)	32 ( 631)
Qualificados e semi – Ind.	38 (1178)	37 ( 612)
Motoristas	24 ( 286)	29 ( 83)
Qualificados e semi – Outros	4 ( 156)	12 ( 91)
Comerciantes	13 ( 590)	19 ( 486)
Agricultores proprietários	10 ( 370)	28 ( 815)
Não-manuais – rotina	3 ( 66)	6 ( 52)
Mestres e contra – Ind.	2 ( 61)	0 ( 29)
Outros – nível médio	28 ( 415)	28 ( 199)
Pecuaristas e outros proprietários	10 ( 129)	16 ( 142)
Administradores Públicos e Privados	21 ( 135)	19 ( 52)
Outros de nível médio alto	5 ( 37)	7 ( 44)
Profs. e Técnicos Nív. Sup.	30 ( 113)	34 ( 53)
Administradores de Bancos e Cias. de Seguro	17 ( 168)	6 ( 46)

Nota: Os números entre parênteses indicam os totais de trabalhadores em cada categoria.